

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Estado de São Paulo

Class.:

Data:

26.05.81

Pg.:

Inquérito apurará venda da madeira dos índios

A Polícia Federal instaurou inquérito para identificar os responsáveis pela comercialização ilegal de madeira da reserva indígena de Ibirama, Santa Catarina, indiciando 40 madeireiros. Segundo o delegado João Rodolfo Pereira, todos os indiciados são réus confessos e estão sujeitos a penas de um a quatro anos de reclusão, adiantando que os inquéritos serão enviados ainda esta semana à Justiça.

A venda de madeira da reserva de Ibirama tem sido a principal causa dos problemas ocorridos com os botocudos que, inclusive, querem emancipação. Segundo informações, os madeireiros pagavam aos índios de Cr\$ 600,00 a Cr\$ 1.000,00 por tora, enquanto por um caminhão carregado de toras pagavam apenas Cr\$ 5 mil cruzeiros. O IBDF, a Funai e a Polícia Federal apreenderam em diversas serrarias (que foram lacradas), de 300 a 350 metros cúbicos de madeira, retirada da reserva e que agora deverá ser renegociada ao preço vigente no mercado, sendo que a importância apurada será revertida em favor da comunidade indígena.

O mesmo será feito com mais de mil metros cúbicos de madeira que

ainda se acham derrubadas dentro da reserva.

RESERVA — Os proprietários da fazenda Gran-Reata, instalada dentro da reserva indígena Xierin, no Pará, estão tentando, por intermédio de um habeas corpus impetrado na Justiça Federal, voltar a ter domínio sobre uma área de 30 mil hectares, situada no limite Sul da reserva. A questão entre os índios e os invasores começou no ano passado, quando a Funai identificou vários desmatamentos no interior da reserva, que fica nas proximidades da serra dos Carajás, a maior delas praticada pela Gran-Reata. Na ocasião, mais de mil árvores derrubadas foram apreendidas pelos índios, que chegaram também a aprisionar funcionários da fazenda.

Os proprietários obtiveram liminar da Justiça para um interdito proibitório contra a Funai, que, no entanto, conseguiu derrubar a medida com um mandado de segurança. Desde então o órgão mantém um posto de vigilância na entrada da reserva. Além da fiscalização dos funcionários, também os índios fazem a vigilância do local.